

ESTUDO COMPARATIVO DA NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (NOBRADE) E O FORMATO DE ENTRADA MARC 21: CONTRIBUIÇÃO PARA A DESCRIÇÃO E AUTOMAÇÃO DE ARQUIVOS COM PADRÕES BIBLIOTECONÔMICOS

Maria José Veloso da Costa Santos¹
Daniel Ribeiro dos Santos²

Eixo Temático: Produtos e serviços de catalogação.

Resumo: Propõe uma investigação de cunho interdisciplinar para averiguar as relações entre o formato MARC 21 e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)*. Apresenta um panorama da descrição documental, apontando suas origens e princípios, como ênfase na constituição histórica dos catálogos e nos princípios fundamentais da descrição em bibliotecas e arquivos. Aborda a utilização de normas e padrões no âmbito dessas instituições, destacando a importância da descrição para a recuperação e acesso à informação. Expõe uma breve apresentação das características principais do formato MARC 21 e da NOBRADE, situando-os e contextualizando-os por meio de suas funções e elementos fundamentais. Busca uma comparação entre o formato MARC 21 e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística*, com o objetivo de determinar as possíveis correspondências entre os dois padrões e utilização do formato MARC para a representação de documentos arquivísticos. Por fim, conclui que, para que o acesso e disseminação da informação sejam alcançados, é preciso que sejam adotadas políticas claras e sólidas de descrição, no intuito de efetivamente prover os pontos de acesso que possibilitem ao pesquisador encontrar as informações contidas na documentação custodiada e acumulada pelas instituições.

Palavras-chave: Descrição da informação. Catalogação. Descrição arquivística. Marc 21. Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Abstract: This paper proposes an interdisciplinary research to ascertain the relationship between the MARC 21 format and the *Brazilian Standard Archival Description (NOBRADE)*; pointing out the origins and principles of documentary description, it presents an overview with an emphasis on the historical constitution of the catalogs and the fundamental principles of description in libraries and archives; it advocates the use of norms and standards within these institutions, highlighting the importance of the description for the retrieval and access to information; it introduces a brief presentation of the main features of the MARC 21 format and NOBRADE, contextualizing and situating them through their basic functions and elements; it searches a comparison between the MARC 21 format and the Brazilian Standard Archival Description, in order to determine the possible correspondences between the two standards and the possible use of the format MARC 21 in representing the archival documents. Finally, it concludes that for access and dissemination of information to be achieved, it is necessary to adopt clear policies and accurate description in order to effectively provide access points that allow the researcher to be aware of the information contained in the documentation accumulated and guarded by institutions.

¹ Contato: <msantos1402@gmail.com>. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Contato: <danielrdossantos@yahoo.com.br>. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Keywords: Information description. Cataloguing. Archival description. Marc 21. Brazilian Standard for Archival Description.

Resumen: Propone una investigación interdisciplinar para determinar las relaciones entre el formato MARC 21 y la Norma Brasileña de Descripción Archivística (NOBRADE). Presenta una visión general de descripción documental, señalando sus orígenes y principios, con énfasis en la constitución histórica de los catálogos y de los principios fundamentales de la descripción en las bibliotecas y en los archivos. Discute el uso de normas y estándares dentro de estas instituciones, destacando la importancia de la descripción para el acceso y recuperación y de la información. Expone una breve presentación de las principales características del formato MARC 21 y NOBRADE, colocándolos y contextualizándolos a través de sus funciones y elementos fundamentales. Busca una comparación entre el formato MARC 21 y el estándar brasileño de Descripción de Archivo, con el fin de determinar las posibles correspondencias entre los dos estándares así como utilizar el formato MARC para la representación y informatización de documentos de archivo. Por último, se concluye que el acceso y difusión de la información que se logran, deben adoptarse políticas claras y sólidas de descripción, con el fin de proporcionar efectivamente los puntos de acceso que permiten al investigador que permiten al investigador a encontrar información en la documentación custodiada y acumulada por las instituciones.

Palabras clave: Descripción de la información. Catalogación. Descripción archivística. Marc 21. Norma Brasileña de Descripción Archivística.

1 INTRODUÇÃO

Arquivos e bibliotecas, entre muitas de suas características intrínsecas, possuem o caráter essencial de organização e padronização com vistas ao acesso e disseminação da informação. Enquanto espaços nos quais o conhecimento é em sua parcialidade preservado e custodiado, representam os agentes dinâmicos de disponibilização dos documentos representativos deste mesmo conhecimento.

Em contrapartida, Arquivologia e Biblioteconomia são campos do saber com uma preocupação constante na contemporaneidade voltada para o acesso e democratização da informação e do conhecimento, buscando desenvolver e aprimorar métodos que tornem tais preocupações viáveis de concretização.

A elaboração e utilização de padrões são, por exemplo, elementos de grande relevância para que ambas as áreas atinjam seus objetivos em convergência com seus aspectos práticos e sociais, tanto sob o aspecto ético e profissional quanto sob a ótica de sua relevância social. Historicamente, Biblioteconomia e Arquivologia sempre mantiveram em seu âmbito uma forte relação com a organização e a

padronização de documentos, num movimento inicialmente dedicado à guarda e acumulação, passando na atualidade para uma nova vertente, imbuída de uma concepção mais moderna preocupada não somente com a organização, mas também com o próprio acesso à documentação acumulada.

Atualmente, existe uma imensa variedade de normas e padrões tanto para descrição quanto para classificação de documentos, que visam em seu fim o acesso e organização do conhecimento e da documentação na qual o saber se circunscreve. São alguns exemplos dessa gama variada, a *Norma Internacional Para Descrição de Funções (ISDF)*, a *Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística Para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR – CPF)*, a *Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH)*, a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)*, o *Código de Catalogação Anglo-americano (AACR2)*, o *Dewey Decimal Classification (CDD)*, a *Classificação Decimal Universal (CDU)*, entre muitas outras normas e padrões utilizados no campo da organização documental, como algumas normas elaboradas pela *International Organization for Standardization (ISO)* e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Nesse sentido, é evidente o destaque ocupado pelas normas no âmbito da Biblioteconomia e da Arquivologia contemporâneas, na medida em que por meio dos padrões normativos essas áreas desempenham um papel importante na organização do conhecimento produzido e registrado visando a sua recuperação.

Por este motivo, o presente trabalho se propõe a ser um exercício de discussão sobre as relações e aplicações das normas e padrões utilizados em bibliotecas e arquivos, no intuito de promover uma discussão interdisciplinar entre Biblioteconomia e Arquivologia e contribuir para os seus usos para a automação de arquivos.

Essa discussão tem como intenção maior, entretanto, problematizar as possíveis relações entre o Formato MARC 21 e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)*, estabelecendo os pontos de convergência e divergência entre os dois padrões. Não se deseja, no entanto, eximir a relevância particular que cada um dos dois padrões exerce em seu respectivo campo de aplicação, mas agregar um novo olhar sobre as possibilidades de aplicação de formatos e normas de descrição documental no espaço das bibliotecas e arquivos.

2 DESCRIÇÃO DA INFORMAÇÃO: origens e princípios

A descrição da informação assume diferentes funções em bibliotecas e arquivos, tendo se desenvolvido historicamente de forma distinta como processo técnico e intelectual no âmbito da Arquivologia e da Biblioteconomia. Seus primórdios são abordados por diversos autores na literatura da área e remontam à Grécia Antiga e à formação das primeiras coleções, que na Antiguidade assumiam muitas vezes funções mistas de biblioteca, arquivo e museu.

Um dos primeiros registros de organização bibliográfica e elaboração de catálogo para descrição documental foi desenvolvido para a Biblioteca de Nínive e data do século VII a.C., durante o reinado de Assurbanipal II, que por longo tempo governou a Assíria. Esse catálogo chegou a abrigar cerca de 25 mil placas de argila (BATTLES, 2003).

Segundo Barbosa (1978), outra tentativa relevante para organização de um catálogo metódico de descrição documental data de 260 a.C.-240 a.C. Organizado na Biblioteca de Alexandria por Calímaco, na forma de uma bibliografia crítica em 120 volumes, as *Pinakes* ou tábuas, catalogavam toda a coleção de literatura grega preservada na biblioteca (BATTLES, 2003, p. 35-36). Calímaco já revela uma preocupação com a recuperação da informação e com o controle bibliográfico, vez que as tábuas eram ainda analisadas e listadas cronologicamente por “palavras-chave” e “autor”, num surpreendente trabalho de organização de toda a Biblioteca de Alexandria (FLOWER, 2010, p. 52).

Esses primeiros modelos de catálogos registrados pela história já possuíam a preocupação com o estabelecimento de padrões básicos de organização, preparação e estruturação da descrição dos itens de seus acervos.

O aperfeiçoamento da imprensa por Gutenberg, em meados do século XV, acabou por propiciar uma produção bibliográfica e documental em massa, assim como sinalizou para a necessidade de uma maior organização das coleções e elaboração de bibliografias. Os catálogos passam a assumir, assim, um papel de controle cada vez mais importante, servindo ainda para uma maior divulgação e acesso às publicações.

Surgem as bibliografias que remontam ao ano de 1498 com a produção do *Libri Graeci Impressi*, catálogo elaborado pelo editor e tipógrafo italiano Aldo

Manuzio (1450-1514) para descrever e dividir em classes os seus estoques comerciais de material impresso para venda e divulgação.

Em 1545 Conrad Gesner (1516-1565) publicou a sua *Bibliotheca Universalis*, dividida em 4 partes que arrolaram, alfabeticamente, cerca de 1800 autores e respectivos títulos, produzidos nos primeiros anos da imprensa na Europa. Parte desse trabalho, o *Pandectarum sive partitionum universalium, libri XXI*, datado de 1548, apresenta uma taxonomia dos saberes da época, além de outra parte referente a um Índice remissivo (BRADFORD, 1961).

Há que se destacar, entretanto, que os primeiros catálogos eram na verdade estruturados na forma de grandes bibliografias ou listagens, mesmo embora já mantivessem características que muito se assemelhavam ao modelo de catálogo como modernamente o conhecemos.

A Revolução Industrial, iniciada em meados do século XVIII, trouxe à cena diversos problemas advindos do alto fluxo de informações e documentos produzidos em função do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, acrescidos por um forte aceleração da produção bibliográfica, fatos que geraram uma nova demanda por técnicas e instrumentos mais eficazes de busca e controle da informação técnico-científica e que culminaram com o estabelecimento do Instituto Internacional de Bibliografia, depois Instituto Internacional de Documentação, criado por Paul Otlet e Henry de La Fontaine, no ano de 1895. O “*Repertoire Bibliographique Universele*”, catálogo coletivo do Instituto, foi uma tentativa para o controle da produção científica mundial.

Outras iniciativas viriam a ser intensamente substanciadas com a explosão informacional do século XX. Duas das primeiras soluções pensadas com o objetivo de organizar e disponibilizar a malha complexa de conhecimentos produzidos à época foram as bibliografias especializadas (*indexes*) e os periódicos de resumos (*abstracts*). Estes dois instrumentos eram uma tendência comum da Bibliografia moderna constituída como prática para tratamento da informação, levando assim ao aparecimento da Documentação com Paul Otlet e o seu “*Traité de Documentation*” (1934).

Em contrapartida, os catálogos, como conhecidos e utilizados pelas bibliotecas, não fazem parte do universo particular de instrumentos de trabalho utilizados nos arquivos. Em princípio, isso se deve ao fato da função primeira dos

arquivos ter sido, historicamente, associada unicamente ao valor de prova dos documentos e não ao valor de pesquisa ou ao potencial cultural da documentação.

A história da Arquivologia é muitas vezes confundida com a história da humanidade e dos registros arquivísticos deixados pelas sociedades pós-escritas, conforme destaca Paes (1997, p. 15-16):

Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares.

De acordo com Silva e outros (1999, p. 43 apud FONSECA, 2005) desde os tempos remotos, como por exemplo, em Ebla (Síria) já havia “grandes cuidados com a identidade e a autenticidade dos próprios documentos”. Embora se observe uma visão preliminar do que futuramente viria a ser um dos princípios mais amplamente difundidos da disciplina Arquivística, o Princípio da Proveniência ou do Respeito aos Fundos.

Outro marco para o desenvolvimento e a evolução da Arquivologia está representado nas conquistas da Revolução Francesa no final do século XVIII, momento crucial de definição de novos limites para produção, preservação e acesso de documentos. “Um decreto de 25 de junho de 1794 estabeleceu [...] o direito de acesso aos documentos públicos, tornando-se assim uma espécie de ‘declaração dos direitos’ da arquivística” (SCHELLENBERG, 2006, p. 26-27).

Nesse sentido, os arquivos passam a desempenhar não somente o papel de guardiões da memória, mas também de entidades estratégicas para consolidação do poder do Estado e dos direitos do cidadão, assim como de difusão cultural dos documentos por eles preservados. Segundo Schellenberg (2006, p. 27)

O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade [...] resultou em três importantes realizações no campo arquivístico: (1) criação de uma administração nacional e independente de arquivos; (2) proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos e (3) reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado.

Assim, os arquivos após a Revolução Francesa transcenderam a Arquivologia para uma nova fase, que ficou conhecida na literatura especializada como Arquivologia pós-custodial, preocupada não mais unicamente com a guarda, mas também com o acesso, gestão, valor cultural e histórico dos documentos. Nessa nova perspectiva, a descrição documental assume papel de maior relevância,

porque possibilita a construção de instrumentos de pesquisa mais eficientes para busca e acesso aos documentos.

Porém, é apenas no final do século XIX que surge o grande marco da Arquivologia enquanto disciplina, que foi a publicação do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, mais conhecido como *Manual dos Holandeses*.

O *Manual dos Holandeses* foi publicado em 1898, pelos arquivistas Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, consistindo numa compilação de 100 tópicos abordando os mais diversos aspectos do fazer arquivístico, incluindo um conjunto de regras para o arranjo e descrição de documentos de arquivo FONSECA (2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, as instituições arquivísticas apresentam reformulação de suas estruturas e redefinição de seu papel e passam a ser órgãos responsáveis por gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização (JARDIM; FONSECA, 2008).

Na Arquivologia contemporânea, o acesso representa uma função essencial dos arquivos, tanto no atendimento à administração quanto à prestação de serviços ao público e à difusão histórica e cultural. No entanto, o acesso só é possível se a documentação estiver minimamente organizada e acessível por meio de instrumentos de pesquisa elaborados de acordo com padrões pensados propriamente para a busca e a recuperação de documentos. E é justamente nesse ponto que as normas de descrição documental, tanto em arquivos quanto em bibliotecas, assumem, em linhas gerais, os mesmos objetivos, voltados essencialmente para localização, recuperação, busca e acesso aos documentos.

2.1 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

As instituições arquivísticas além de cumprirem a função de organismos auxiliares da administração como elemento estratégico para manutenção e preservação das informações emanadas dos processos de trabalho, cumprem também, a função de preservação da memória institucional. O mesmo ocorre no ambiente das bibliotecas, mantidas suas devidas peculiaridades e proporções, sendo a descrição documental o processo que justamente possibilita e otimiza todo este emaranhado de atividades dependentes de informação nas instituições.

Na Arquivologia os documentos apresentam um ciclo vital determinado pela tabela de temporalidade, a saber: arquivos correntes, intermediários e permanentes. Sendo assim, os documentos definem usos e usuários específicos da documentação acumulada, demandando procedimentos de tratamento técnico e organização distintos em cada uma dessas fases.

Conceitualmente a descrição de documentos no âmbito dos arquivos pode ser entendida como o “conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de *conteúdo*, permitem a identificação de *documentos* e a elaboração de *instrumentos de pesquisa*” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 23).

Distintamente, no cerne das bibliotecas, a representação bibliográfica é definida como o “registro dos elementos, retirados do item em processo de catalogação e fontes de referência, capazes de identificar este item por suas características” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 119).

Torna-se compreensível que o aspecto fundamental da atividade de representação consiste em sua relação intrínseca com o registro dos elementos essenciais que permitem identificar e particularizar um item documental. Seja na atividade arquivística ou biblioteconômica, a descrição documentária toma sempre como base a identificação de itens documentais de forma individualizada ou no todo documental de um fundo arquivístico.

Na Arquivologia são raros os estudos e instrumentos dedicados à problemática da descrição em arquivos, presume-se que esse fato está intimamente ligada ao nascimento tardio da disciplina Arquivística. A elaboração e publicação da *International Standard Archival Description (ISAD) (General) (G)*, em fins do século XX, trouxe uma nova visão acerca do processo de descrição em arquivos, representando um longo período no qual a descrição em arquivos contava apenas com a tradição arquivística e o famoso *Manual dos Holandeses*.

A descrição em arquivos, entretanto, está e sempre esteve associada à elaboração de instrumentos de pesquisa, que “[...] são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos” (LOPEZ, 2002, p. 13).

Nessa perspectiva Oliveira (2012, p. 41) destaca que, nas últimas décadas, a descrição está vinculada ao emprego de padrões que visam à elaboração de

instrumentos de pesquisa ou dispositivos tecnológicos para acesso às informações arquivísticas.

Bellotto (2006, p. 179) refere-se à descrição arquivística como sendo “a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores”. Afirmação essa corroborada por Rodrigues (2011, p.53) quando afirma que “as atividade de descrição são importantes em um arquivo porque garantem a compreensão do acervo”.

2.2 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS

Por sua própria história e constituição enquanto área, a Biblioteconomia possui uma forte tradição no tocante à aplicação e desenvolvimento de normas para descrição. Data, por exemplo, de 1595 o primeiro registro de tentativa para uniformizar a descrição de livros, que consistiu na publicação do *Catalogue of English Printed Books*, publicado pelo bibliógrafo inglês, Andrew Maunsell, que incluiu um conjunto de regras para descrição, defendendo a ideia de que um livro fosse encontrado pelo sobrenome do autor, pelo título, ou pelo assunto (CAMPELLO, 2006, p. 57; PINTO, 1987, p. 145).

Essencialmente a catalogação é concebida como um conjunto de técnicas e regras para a elaboração de catálogos que permitam a localização e acesso e aos documentos, através da descrição sumária dos itens documentais.

Os catálogos quando bem elaborados e construídos com padrões de catalogação, permitem identificar o documento com o fim prático voltado, principalmente, para o atendimento das necessidades de pesquisa e informação do usuário (CUNHA, 2001, p. 51).

A tendência atual dos catálogos segundo Souza; Fujita (2012, p. 70) é de atuar como bases de dados, possibilitando até o acesso a textos completos. A essência da natureza e função dos catálogos permanece, mesmo que sejam influenciadas, acrescidas ou consubstanciadas pelas mudanças advindas das possibilidades tecnológicas e da multiplicidade de novos formatos. Estão ainda intimamente relacionadas e interpoladas ao processo de catalogação.

A catalogação atualmente tem como função primordial possibilitar o acesso à informação contida nos documentos por meio da descrição dos mesmos, de modo a se constituir numa ponte entre a necessidade do usuário e os documentos

disponíveis. Utiliza-se cada vez mais de recursos tecnológicos que viabilizem buscas cada vez mais complexas e especializadas.

A descrição em bibliotecas, diferente da descrição em arquivos, ocupa-se sempre da representação de itens isoladamente, sem estabelecer uma relação entre diferentes itens ou conjuntos documentais.

3 NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (NOBRADE)

A NOBRADE foi publicada em 2006 e fornece diretrizes para a descrição arquivística no Brasil, compatíveis tanto com a ISAD(G), quanto com a ISAAR(CPF), no intuito de facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional, tendo como pressupostos básicos o respeito aos fundos e à descrição multinível (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 10).

Estrutura-se em oito áreas, área de identificação, de contextualização, de conteúdo e estrutura, de condições de acesso e uso, de fontes relacionadas, de notas, de controle da descrição e de pontos de acesso, compreendendo 28 elementos de descrição.

Possui também seis níveis de descrição que vão do mais geral para o mais específico, comparando-se aos três níveis de catalogação nas bibliotecas, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4), item documental (nível 5), admitindo níveis intermediários de descrição como sexta possibilidade.

4 FORMATO MARC 21

O formato MARC 21 foi desenvolvido nos anos de 1960, originalmente pela *Library of Congress* (LC) e a *British Library* e posteriormente evoluiu para o USMARC, que se tornou um dos padrões mais utilizados pelos programas de automação de bibliotecas. É um padrão aberto, usado internacionalmente para codificação de registros bibliográficos. Foi concebido para a conversão das fichas impressas distribuídas pela LC para um formato legível por máquina, de maneira a possibilitar o intercâmbio de registros entre bibliotecas. Até a década de 1980, o formato foi usado para troca eletrônica entre computadores de grande porte de

forma a gerar fichas catalográficas impressas para unidades de informação filiadas ao Programa de Catalogação Cooperativa e, também, para dar apoio às bibliotecas na criação, uso e manutenção de suas bases de dados bibliográficas, antes mesmo que fossem implementados os catálogos em linha de acesso público (OPACs) (MODESTO, 2007).

De modo geral, mesmo com o uso do formato MARC 21, faz-se necessário utilizar padrões específicos tanto para compor a descrição de um item bibliográfico quanto para definição das entradas principal e secundárias, assim como para identificação da classificação e dos pontos de acesso para os assuntos, além do número de chamada.

Nesse sentido, os padrões mais amplamente utilizados entre os bibliotecários são o Código de Catalogação Anglo-Americano, mais conhecido como AACR2, a *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), o Catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional (Brasil), a Classificação Decimal de Dewey e a *Cutter-Sanborn Three-Figure Author Table*.

É preciso compreender com isso que o formato MARC 21 não é um padrão que orienta a normalização da descrição de itens documentais, mas sim um padrão que possibilita sua implementação, intercâmbio e migração por meio de computadores, favorecendo o compartilhamento de registros e o fortalecimento de bases de dados cooperativas. Assim, utiliza normas que padronizam a forma de armazenamento da informação bibliográfica em meio magnético, para gerar um registro bibliográfico que poderá ser enviado e recebido por qualquer computador que possua um programa capaz de decodificá-lo. A esse conjunto de normas dá-se o nome de formato.

O formato MARC 21 padroniza de forma elaborada e exaustiva a representação descritiva automatizada de acervos bibliográficos em todo o mundo e que podem ser adequados para atender regras específicas de descrição e necessidades particulares dos diferentes sistemas de bibliotecas de cada país onde o formato é utilizado. São os chamados “dialetos MARC” onde se incluem, como exemplos: ANNMARC (Itália); AUSMARC (Austrália); CANMARC (Canadá); CATMARC (Espanha/Barcelona, Catalunha); FINMARC (Finlândia); HUNMARC (Hungria); IBERMARC (Espanha); INDIMARC (Índia); INDOMARC (Indonésia); INTERMARC (França); JPNMARC (Japão); KORMARC (Coréia do Sul); LibrisMARC

(Suécia); MAB (Alemanha); MALMARC (Malásia); MARCAL (México); MARCSUI (Suíça); NORMARC (Noruega); RUSMARC (Rússia); UKMARC (Reino Unido) e USMARC (Estados Unidos).

Os padrões de representação e exportação de dados bibliográficos são representados por meio dos três formatos MARC 21 de comunicação: o formato MARC 21 para dados bibliográficos, o formato MARC 21 para dados de autoridade e o formato MARC 21 para dados de coleção.

Um registro bibliográfico MARC 21 é composto essencialmente por três elementos principais: o Líder, o Diretório e os Campos Variáveis. A maioria dos campos possui vários elementos de dados relacionados, cada um deles, quando é um tipo de dado dentro de um mesmo campo é chamado de subcampo.

As etiquetas são também denominadas de TAGs e conforme Zafalon (2011), as mais frequentemente utilizadas no MARC 21 bibliográfico são: 020 para o *International Standard Book Number* (ISBN); 100 para entrada principal de nome pessoal; 245 para informação de título (inclui título, subtítulo e indicação de responsabilidade); 250 para edição; 260 para dados da publicação; 300 para descrição física; 440 (agora 490) para série; 520 para sumário; 650 para cabeçalho de assunto e 700 para entrada adicional de nome pessoal.

O MARC 21 abrange um número considerável de tipologias documentais, não se limitando unicamente aos documentos de natureza bibliográfica, engloba também mapas, música manuscrita e impressa, registros sonoros, periódicos, arquivos de computador, coleções de arquivos e manuscritos, além de material visual e objetos tridimensionais, entre outros (FERREIRA, 2000).

Assim, o MARC 21 abrange não somente tipologias documentais usualmente presentes no âmbito das bibliotecas, mas também aquelas que tipicamente são classificadas como arquivísticas e que podem ser facilmente encontradas nos acervos de arquivos institucionais e privados.

5 METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza o método comparativo de pesquisa, porque segundo Schneider e Schmidt (1998) permite perceber semelhanças e diferenças, construir modelos e tipologias e identificar continuidade e descontinuidade.

5.1 NOBRADE: ÁREAS DE DESCRIÇÃO PARA O ESTUDO COMPARATIVO

A NOBRADE privilegia em suas áreas da descrição as informações necessárias para identificação precisa dos fundos de arquivo e seus respectivos itens documentais. Tem um conjunto previsto de metadados passíveis de descrição, 28 elementos descritivos, conforme indicado no quadro 1, a seguir.

Áreas da Descrição	Elementos e Campos da Descrição
1 Área de identificação	1.1 Código de Referência 1.2 Título 1.3 Data(s) 1.4 Nível de descrição 1.5 Dimensão e suporte
2 Área de contextualização	2.1 Nome(s) do(s) produtor(es) 2.2 História administrativa/Biografia 2.3 História arquivística 2.4 Procedência
3 Área de conteúdo e estrutura	3.1 Âmbito e conteúdo 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade 3.3 Incorporações 3.4 Sistema de arranjo
4 Área de condições de acesso e uso	4.1 Condições de acesso 4.2 Condições de reprodução 4.3 Idioma 4.4 Características físicas e requisitos técnicos 4.5 Instrumentos de pesquisa
5 Área de fontes relacionadas	5.1 Existência e localização dos originais 5.2 Existência e localização de cópias 5.3 Unidades de descrição relacionadas 5.4 Nota sobre publicação
6 Área de Notas	6.1 Notas sobre conservação 6.2 Notas gerais
7 Área de controle da descrição	7.1 Nota do arquivista 7.2 Regras ou convenções 7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Quadro 1 - Áreas e elementos da descrição segundo a NOBRADE

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com Botão (2011, p. 63), em diversos pontos de sua estrutura a NOBRADE abarca informações necessárias à descrição de dados e informações em qualquer suporte, o que possibilita que seja adaptada às demandas de cada instituição como base às necessidades de seus pesquisadores.

A NOBRADE não define formatos de entrada ou saída de dados para sistemas manuais ou automatizados de descrição, estabelecendo, portanto, apenas os dados descritivos mínimos para consolidação da descrição arquivística.

Em conformidade com a NOBRADE, dos 28 elementos disponíveis, pelo menos sete deles são considerados obrigatórios à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero, a saber: Código de referência; Título; Data(s); Nível de descrição; Dimensão e suporte; Nome(s) do(s) produtor(es); Condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Estes elementos, que determinados como obrigatórios segundo a NOBRADE, são exatamente aqueles considerados indispensáveis para a justa identificação dos documentos, devendo desse modo, ser dado a eles maior cuidado e atenção na descrição, visando a garantir informações relevantes para o acesso e disseminação dos acervos e documentos descritos.

5.2 FORMATO MARC 21: CAMPOS PARA O ESTUDO COMPARATIVO

O formato MARC 21, no entanto, ao contrário da NOBRADE, possui um conjunto extenso e flexível de metadados, conforme é sinteticamente expresso no quadro 2, a seguir.

Líder	351 Organização e arranjo dos materiais
001 Número de controle	355 Controle de classificação de segurança
003 Identificador do número de controle	500 Nota geral
005 Data e hora da última intervenção	505 Nota de conteúdo
008 Campos fixos de dados – Todos os materiais	506 Nota de acesso restrito
040 Fonte da catalogação	520 Nota de resumo
041 Código do idioma	544 Nota de localização de materiais de arquivo
044 Código do país da empresa de publicação ou produção	545 Nota biográfica ou histórica
045 Código de período cronológico	556 Nota de informação sobre documentação
084 Outro número de classificação	561 Nota de histórico de procedência
090 Números de chamada local	565 Nota de características de arquivo
100, 110, 111 - Entrada principal	584 Nota de acumulação e frequência de uso
245 Título	600,610,611, 650 e 651 - Assuntos
300 Descrição física	842 Designação textual de forma física
546 Nota de idioma	852 Localização/Número de chamada

Quadro 2 – Campos do Formato MARC21 Bibliográfico

Fonte: Elaborado pelos autores.

A grande quantidade de campos e subcampos no formato MARC 21 parece pressupor a possibilidade de descrição exhaustiva de itens documentais em meio automatizado, prevendo uma gama variada de campos e elementos para descrição de documentos nos mais diversos suportes.

Como é possível observar, o formato MARC 21, assim como a NOBRADE, contemplam tanto os elementos mínimos da descrição quanto os elementos complementares para melhor representação documentária. Assim, o objetivo de ambos os padrões é fornecer subsídios ao profissional para que realize a representação da informação, quer seja de forma sintética, quer seja de forma exhaustiva, mantendo sempre as condições mínimas de representação e exportação de dados.

Para fins de comparação, no entanto, relativo ao formato MARC 21 serão considerados apenas os campos definidos com possível relação com a NOBRADE.

Sendo assim, a amostra selecionada para análise compreende o total de 28 elementos de descrição da NOBRADE, aos quais se somam um conjunto de 19 campos do formato MARC 21, totalizando 47 elementos analisados que são comparados no quadro 3, a seguir, de modo a relacionar a compatibilidade dos elementos de descrição da NOBRADE com os campos selecionados do formato MARC 21.

Elementos de Descrição Segundo a NOBRADE	Campos MARC Próximos ou Equivalentes
1.1 Código de Referência	084 Outro número de classificação, ou 090 Número de chamada.
1.2 Título	245 Título
1.3 Data(s)	260 Publicação (subcampo c – data)
1.4 Nível de descrição	/////
1.5 Dimensão e suporte	300 Descrição física
2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	100,110,111 Autoria e/ou 508 Nota de crédito de produção/criação
2.2 História administrativa/Biografia	545 Nota biográfica ou histórica
2.3 História arquivística	545 Nota biográfica ou histórica
2.4 Procedência	561 Nota de histórico de procedência
3.1 Âmbito e conteúdo	505 Nota de conteúdo
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	505 Nota de conteúdo
3.3 Incorporações	505 Nota de conteúdo
3.4 Sistema de arranjo	351 Organização e arranjo dos materiais
4.1 Condições de acesso	506 Nota de acesso restrito
4.2 Condições de reprodução	845 Nota termos reguladores de uso e reprodução
4.3 Idioma	546 Nota de idioma
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	842 Designação textual de forma física

4.5 Instrumentos de pesquisa	581 Nota de publicações sobre materiais descritos
5.1 Existência e localização dos originais	535 Nota de localização dos originais/duplicatas 852 Localização/Número de chamada
5.2 Existência e localização de cópias	535 Nota de localização dos originais/duplicatas 852 Localização/Número de chamada
5.3 Unidades de descrição relacionadas	///////
5.4 Nota sobre publicação	581 Nota de publicações sobre materiais descritos
6.1 Notas sobre conservação	500 Nota geral
6.2 Notas gerais	500 Nota geral
7.1 Nota do arquivista	520 Nota de resumo
7.2 Regras ou convenções	520 Nota de resumo
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	005 Data e hora da última intervenção
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	600,610,611, 650 e 651 Assuntos; 700, 710, 711 Entrada secundária

Quadro 3 – Comparação entre os elementos de descrição da NOBRADE e o Formato MARC21 Bibliográfico

Fonte: Elaborado pelos autores.

6 RESULTADOS

Verificou-se que o MARC 21 prevê a possibilidade de descrição de documentos manuscritos ou de arquivo, porém, ficou constatado na análise realizada que ele não prevê a descrição multinível de forma relacional em um mesmo registro conforme preceitua a NOBRADE, ou seja, relacionando o fundo e suas respectivas séries, subséries, dossiês e unidades documentais. No entanto essa forma de relacionamento parte/todo pode ser vista no MARC21, quando se descreve analíticas de artigos de periódicos e capítulos de livros.

Apesar do formato MARC 21 não englobar, nem se compatibilizar com todos os elementos de descrição da NOBRADE, ele possui campos que também se prestam para a descrição de documentos de natureza arquivística e, também, possui campos que só se aplicam à descrição de material arquivístico, como por exemplo, o campo 845 (Nota termos reguladores de uso e reprodução), 545 (Nota biográfica ou histórica) e 561 (Nota de histórico de procedência). Estes campos estão diretamente relacionados aos elementos da NOBRADE, 4.2 Condições de reprodução; 2.2 História administrativa/Biografia; 2.3 História arquivística e 2.4 Procedência, respectivamente.

Observou-se também na análise comparativa que determinados campos do MARC 21 correspondem simultaneamente a mais de um elemento de descrição da

NOBRADE. É o caso dos campos 500 (Nota geral), 505 (Nota de conteúdo) e 520 (Nota de resumo).

Identificou-se no quadro 3, que para manter a unidade nuclear da área de conteúdo e estrutura da NOBRADE, três dos quatro elementos previstos nessa área, devem ser agrupados simultaneamente no campo 505 (Nota de conteúdo), uma vez que a repetitividade desse campo não é garantida pelo formato MARC 21. Desse modo os elementos da NOBRADE 3.1 Âmbito e conteúdo, 3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade e 3.3 Incorporações, devem obrigatoriamente ser descritos num único campo.

Os elementos 7.1-Nota do arquivista e 7.2-Regras ou convenções da NOBRADE também são outros exemplos de itens descritivos que se agrupam num mesmo campo, nesse caso específico o campo 520 (Nota de resumo) do formato MARC 21. A característica diferencial desse caso reside na possibilidade de repetição do campo 520 no formato MARC 21, não tornando obrigatória a descrição simultânea dos dois elementos da NOBRADE dentro de um mesmo campo do registro.

Detectou-se também uma boa compatibilidade entre os elementos da NOBRADE 5.1-Existência e localização dos originais e 5.2-Existência e localização de cópias com os campos 535 (Nota de localização dos originais/duplicatas) e 852 (Localização/Número de chamada) do formato MARC 21.

O elemento da NOBRADE dedicado à definição de pontos de acesso e indexação de assuntos (8.1) também se ajusta perfeitamente aos campos 650 a 653 (Assuntos) do MARC 21, possibilitando através de sua utilização a recuperação automatizada dos itens descritos.

Pode-se inferir através da análise realizada e das relações estabelecidas no quadro 3, que o formato MARC 21 ajusta-se muito bem à descrição da unidade documental. No entanto, como já registrado, não permite que sejam estabelecidas as relações orgânicas entre os documentos de arquivo descritos, ou mesmo que se estabeleçam as relações multiníveis existentes nos referidos conjuntos documentais.

Dos 28 elementos de descrição previstos na NOBRADE apenas dois elementos não encontraram campos próximos ou equivalentes no Formato MARC 21. Foram os elementos 1.4 referente a nível de descrição e 5.3 referente a unidades de descrição relacionadas.

7 REFLEXÕES FINAIS

Em Arquivologia e Biblioteconomia, muitos estudos se dedicam aos aspectos técnicos da atuação prática destas duas áreas, porém poucos estudos se dedicam a um diálogo interdisciplinar sobre a descrição da informação em bibliotecas e arquivos.

Juntamente com as demais funções típicas das unidades de informação, o processo de descrição da informação desempenha um papel duplamente importante, primeiramente no que diz respeito à disponibilização dos documentos, em segundo no que se refere à organização lógica e de forma inteligente dessa documentação.

Sem dúvida, o tratamento técnico de documentos e massas documentais torna possível o acesso à informação e ao conhecimento, de forma a contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e a evolução do saber já consolidado. A comunicação e a produção científica fazem uso constante, de forma direta ou indireta, do trabalho técnico e intelectual desenvolvido por bibliotecários e arquivistas.

Segundo Meadows (1999, p. 30), o problema do acesso é uma das grandes dificuldades enfrentadas por pesquisadores para identificar, dentro da massa de toda a literatura e documentação disponível, o material de que realmente necessitam. O que em parte se devia já no fim do século XIX, à falta de uso de padrões e de normas na elaboração dos relatos de pesquisa. No concernente aos arquivos, o mesmo se aplica ao uso de instrumentos de pesquisa mal construídos ou à inexistência de tais ferramentas, que podem, inclusive, tornar inviável o desenvolvimento de novas pesquisas sobre determinado tema abrangido por um fundo documental.

Por meio da representação descritiva de documentos e da organização do conhecimento, seja de forma individualizada no caso de bibliotecas, ou de forma global no caso dos fundos de arquivo, que pesquisadores e acadêmicos podem desenhar um retrato elaborado do estado da arte em um domínio do conhecimento.

No entanto, para que o objetivo primeiro do acesso e disseminação seja atingido no cerne de bibliotecas e arquivos é preciso que sejam adotadas políticas claras e sólidas de descrição, no intuito de efetivamente prover os pontos de acesso

que possibilitem ao pesquisador tomar real ciência das informações contidas na documentação custodiada e acumulada pelas instituições. É premente uma aproximação interdisciplinar das questões que são o centro das discussões teóricas nas duas áreas, desde que preservados os domínios particulares de cada área e seus saberes já constituídos.

Na contemporaneidade, os obstáculos, que perpassam o estudo da descrição documental em bibliotecas e arquivos, se assemelham de forma considerável na medida em que Arquivologia e Biblioteconomia caminham numa corrente moderna voltada para o acesso. Elas enfrentam os mesmos problemas impostos pelo avanço tecnológico e pela alta velocidade com que o conhecimento é produzido e registrado.

As normas estão presentes em todos os espaços da vida, do trabalho e permeiam os mais variados ramos do saber. Elas exercem um forte impacto na produção, divulgação e comunicação do conhecimento científico. A ciência, como um todo, se constrói e se estrutura por meio de normas e paradigmas que garantem a seriedade e a cientificidade dos processos por ela aplicados.

REFERÊNCIAS

AMAN, Mohammed. El legado de Alejandro Magno: la antigua biblioteca de Alejandría. *La Tadeo*, Bogotá, n. 65, p. 30-37, 1. sem. 2001

BARBOSA, Alice Príncipe. *Novos rumos da catalogação*. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. 246 p.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003. 239 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BOTÃO, Antonio Victor Rodrigues. *Recuperação da informação digital: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) na descrição de material imagético*. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UFRJ/IBICT-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2011.

BRADFORD, Samuel Clement. *Documentação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

- CAMPELLO, Bernadete. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 123 p.
- FERREIRA, Margarida M. *MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos*. Marília: UNESP, 2000. 286 p.
- FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010. 215 p.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 121 p.
- MODESTO, Fernando. *O acervo da biblioteca está redondo, deixe-o em forma com o MARC*. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=294>. Acesso em: 29 mar. 2013.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 225 p.
- PINTO, Maria Cristina Bello Ferreira. Catálogos & bibliografias: evolução histórica do trabalho de controle bibliográfico. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 143-158, 1987.
- SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 57-66, jan./dez. 2007.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SCHNEIDER, S.; SCHMIDT, C.J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, v.9, p.49-87, 1998.
- SOUZA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v.17, n.1, p.59-75, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/viewFile/822/pdf_71>. Acesso em: jun.2013.
- ZAFALON, Zaira Regina. *Formato MARC 21 bibliográfico: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos*. São Carlos: EDUFSCar, 2011. 112 p.